



Prefeitura Municipal de Petrópolis Conselho Municipal de Cultura



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – FEVEREIRO DE 2016

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, às dezoito horas, no Teatro Afonso Arinos do Centro de Cultura Raul de Leoni, situado em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, sob a presidência de Leonardo Randolpho, representante do segmento de canto coral, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura, com as presenças dos conselheiros representantes da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis Maria Luísa Rocha Melo, Christiana Notini Limp, Drica Madeira, Mariana Isaac de Oliveira, Leonardo Cerqueira e Maria Luiza Retamal, estando presentes ainda a conselheira M^a Lucia Vecchi Mussel, representante do segmento de artesanato; conselheira Maria Regina Bortolini e sua suplente Aline Castella, representantes do segmento de audiovisual; conselheiro Guilherme Barcelos e seu suplente Lucas Sixel, representantes do segmento de cultura de rua; conselheiro Robson Mello, representante do segmento de bandas marciais; conselheiro Jaime Moreno Alves e sua suplente M. Lucia S. Lopes, representantes do segmento de literatura; conselheiro Oudair Teixeira Azevedo, representante da Secretaria de Governo; conselheira Deise M^a C. Goettner, representante da Secretaria de Educação; conselheira Juliana L. Troyack Santana, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; conselheiro João Vichi Junior, representante da Secretaria de Esportes e Lazer; conselheiro Marcelo Valverde Xavier, representante da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania; conselheiro Orlando Pozzato F^o, representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico; conselheiro Philippe de Freitas Zanei Fernandes, representante da Coordenadoria de Comunicação Social; conselheira Lourdes da S. Petronilho, representante da Coordenadoria da Promoção da Igualdade Racial; conselheira Karin Pujol Bell, representante do segmento de cultura germânica; conselheira Claudia M^a Souza Costa, representante dos museus; conselheiro Ivo Mendes da Silva, representante das escolas de samba e blocos carnavalescos; conselheira Jaqueline Ferreira, representante do segmento de cultura afrobrasileira, indígena e popular; conselheira Wanderléya de Oliveira, representante do segmento de dança, e a conselheira Josana de Souza Valle, representante do segmento de artes plásticas. Também presentes os visitantes Julia G. Fadul, Marilizia de Azevedo Varella Guedes, Daniel Iliescu (professor e militante da educação e da cultura), Marcio Negócio (artista), Luiza Cilente (fotógrafa e educadora – oficina), Anais Alves Pereira (artista, educadora/oficina e musicista), Mauricio Marques de Souza (artista, músico e professor), Juliana Possas (Palácio Itaboraí – Fiocruz Petrópolis), Raquel Machado (produtora cultural), Bruna dos Santos Milagre (oficina Ciranda das Artes), Leonardo Fragozo (coordenador g. CEU-Posse), Caio Vitor Priori dos Santos (coordenador CEU-Posse), Wainer J. Leite, Roberto Carlos C. Oliveira, Rafaela Elisiário (segmento cultura urbana), Caroline Chiavazzoli (APE), Nathann Gomes (APE), Wesley Diniz (UJS), Beatriz Bastos Vanzan (UBES), Gabriel Kopke de Mello (Nação HipHop Petrópolis), Mauricio José Figueira Araujo, Igor Pereira Mattos, Aline Ziviani (CDC), Mariana Isaac de Oliveira (gerente CCRL), Rafane Paixão, Ayane Rocha de Souza, Thais Ferreira e Sylvia N. B. Maniaudet (Transforma Petrópolis).

Lidas e aprovadas as atas das assembleias ordinária e extraordinária do mês de janeiro.

Leonardo Randolpho anunciou a pauta da reunião, sendo:

- Apresentação da plataforma digital Transforma Petrópolis
- Indicação de membros para o Petrópolis Film Commission
- Política de uso da Sala de Cinema Humberto Mauro
- Apresentação do formato do projeto Ciranda das Artes
- Priorização de projetos culturais.

Dando início à pauta, Thais Ferreira, coordenadora especial de gestão estratégica da PMP, apresentou o movimento Transforma Petrópolis. O projeto, através da internet, irá facilitar a relação entre instituições que precisam de apoio e voluntários que desejam se integrar com o trabalho social,

dando maior visibilidade e força às organizações, com recursos humanos qualificados. O site oficial da plataforma é o <http://www.transformapetropolis.com.br/>. Leonardo Randolph encaminhou como ponto de pauta a reflexão de como o CMC poderá agir concretamente neste movimento, sugerindo que cada segmento se reunisse para discutir de que forma podem contribuir nele. Marcio Negócio disse ter achado a ideia muito boa, porém, colocou a questão relativa à transparência das ONGs participantes do projeto. Thais Ferreira respondeu que houve a preocupação da equipe que coordena o Transforma Petrópolis com relação a isso também, e que vem visitando todas estas entidades para conferir seus trabalhos.

Como segundo item da pauta, foi encaminhada a aprovação da indicação de dois representantes da sociedade civil pelo CMC para comporem o Comitê Gestor do Petrópolis Film Commission, em conformidade com o Art. 4º do Decreto n. 900 de 22/12/2015. Regina Bortolini ressaltou mais uma vez a importância deste escritório no apoio à produção audiovisual local, ao desenvolvimento e revitalização econômica da cidade e à promoção do turismo em Petrópolis e defendeu a indicação de dois nomes destacados pelo segmento, sendo: Roberto Otto e Aline Castella. As indicações foram aprovadas por unanimidade. Leonardo Randolph solicitou que sejam apresentados relatórios das reuniões do Comitê Gestor para ciência e acompanhamento do CMC.

Seguindo a pauta, Drica Madeira apresentou um extrato do edital de concorrência para a permissão onerosa de uso da Sala de Cinema Humberto Mauro/CCRL e de parte do foyer, com implantação de bombonière, para exploração comercial por empresa especializada em atividades de exibição cinematográfica. Disse que este extrato é, na verdade, a continuidade de entendimentos anteriores feitos pela gestão passada e que ora traz à plenária para apreciação. Foram colocadas na apresentação as previsões de condições da concorrência para participação, bem como a documentação relativa à qualificação técnica, a vigência do contrato administrativo, o pagamento da empresa e as obrigações específicas, técnicas e gerais da permissionária. A apresentação completa encontra-se anexada nesta ata. Regina Bortolini declarou estar surpresa, pois achava que esta pauta ainda estava em discussão. Colocou o descontentamento do segmento frente à proposta apresentada, dizendo que este vem estudando uma contraproposta a ser elaborada e apresentada em plenária, como alternativa a ser adotada pela FCTP. Josana Valle corroborou a fala de Regina Bortolini, dizendo que também achava que este assunto ainda estava em discussão e que participou da visita técnica na Casa de Cultura Laura Alvim, no Rio de Janeiro, promovida pela Fundação, a fim de levantar dados sobre a parceria estabelecida pela Casa com uma empresa privada de exibição cinematográfica. Foram colocados pelos presentes alguns questionamentos, como a utilidade pública deste espaço, uma vez cedido a uma iniciativa privada, e também a ausência de um valor mínimo estipulado no edital, da especificação sobre quem irá assumir os custos da energia elétrica, além da dúvida quanto ao destino do equipamento original da sala. Jaime Moreno disse não ter entendido o porquê da apresentação desta proposta, uma vez que também fora ao Rio de Janeiro ainda para esclarecer dúvidas. Drica Madeira respondeu a todos que sempre houve diálogo entre as partes referente ao assunto, mas que até o momento não foi apresentada ao gabinete nenhuma proposta de nenhum segmento. Lembrou que quando se abre um edital de concorrência pública, significa que todas as empresas interessadas do país poderão participar. Quanto ao equipamento original da FCTP, este será mantido aos cuidados da própria Fundação, que definirá os critérios de seu uso. Também está em estudo uma forma de liberar o uso público da sala nas segundas e terças-feiras. Quanto à conta de luz, está prevista a instalação de um relógio próprio, separado da FCTP. Salientou que, no que se refere à função pública do espaço, inexistem a gestão e política de bens culturais, e que a Sala é muito pouco utilizada pelo público em geral. Também não há direção artística no espaço, além de não haver condições ideais para sua manutenção. Ressaltou que este é um experimento de 01 (um) ano que poderá dar ou não certo, podendo ou não perdurar, de acordo com seus resultados. Lembrou que a gestão tem a prerrogativa de publicar este edital, porém, para seguir o processo democrático da discussão, vem colocar ao CMC para apreciação e aconselhamento. Regina Bortolini colocou que sempre ficou clara a abertura de um diálogo entre as partes e que, de fato, a prerrogativa é da FCTP, mas que o processo de discussão ainda estava acontecendo no segmento, que, só não apresentou proposta, por achar que esta deveria ser apresentada em plenária. Perguntou se, já que existe a

determinação de concessão de uso, não será mais necessária apresentação de proposta pelo segmento, ou se a discussão se restringirá ao formato desta concessão. Guilherme Barcelos informou que o segmento de cultura urbana também debateu o assunto e se posicionou contra a proposta, se comprometendo a revitalizar o espaço com ações culturais. Rafaela Elisiário complementou que existe a preocupação de que esta nova política possa abrir precedentes em outros espaços públicos, tornando estes ocupados por iniciativas privadas para fins lucrativos. Disse que, apesar de concordar no quesito referente à viabilidade maior de manutenção por meio deste contrato, considera que o seu número baixo de frequentadores se deve ao fato de não haver uma maior divulgação por parte da FCTP da programação oferecida. Wainer Leite disse que é louvável que haja reconhecimento por parte da própria gestora da qualidade ruim da gestão dos espaços públicos e que é sempre positiva a associação dos interesses entre os órgãos públicos e as iniciativas privadas, desde que a parceria seja bem estabelecida. Aline Castella ponderou que a sociedade civil organizada vem trabalhando na linha de um Sistema e Plano de Cultura e que estes vêm sendo os elementos norteadores das ações culturais do município. Daniel Iliescu fez um apelo para que a FCTP se sensibilizasse no sentido de continuar mantendo este espaço para utilização pública, enquanto a sociedade civil se articulasse para modificar as condições atuais da sala, sendo esta uma alternativa à concessão. Regina Bortolini perguntou novamente se existem ainda condições para que o segmento apresentasse uma contraproposta, ao que Drica Madeira respondeu que acha difícil que ela de fato exista. Respondeu também que, quanto à linha traçada pelo Plano de Cultura, citada por Aline Castella, o município pode ou não segui-la. Ressaltou a questão da falta de tempo para concretizar as ações, sendo que, diante das colocações apresentadas, solicitou que os segmentos e a sociedade civil organizada se reúnam e apresentem uma proposta que seja minimamente viável para ocupação da Sala de Cinema Humberto Mauro, levando em consideração, inclusive, a questão da manutenção dos seus equipamentos. Estipulou um prazo de no máximo 30 (trinta) dias para apresentação desta contraproposta.

Dada à exiguidade do tempo, Leonardo Randolfo anunciou que os outros pontos de pauta, quais sejam, a proposta de apresentação de uma minuta de um edital de seleção de projetos culturais e a formatação do projeto Ciranda das Artes 2016, serão discutidos em assembleia extraordinária agendada para o dia 29 de fevereiro, às 18h, no CCRL.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, 1ª secretária do CMC, a presente ata, assinada juntamente com o presidente do CMC, Sr. Leonardo Randolfo.

Petrópolis, 15 de fevereiro de 2016.

Maria Luísa Rocha Melo
1ª Secretária

Leonardo Randolfo
Presidente